

Alterações realizadas no documento				
Item alterado	Cor	Observações	Data	Responsável pela alteração

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - BENS

Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório

Data:	18/03/2022
Número do PROAD aberto	5902/2022
Área Demandante:	Coordenadoria de Material e Logística
Área Requisitante:	Seção de Suprimentos

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Integrante Demandante:	Luiz Alexandre Lins Bianchini			
- Integrante Técnico:	Ubirajara Multi Ferreira			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Christiano Carneiro Ferreira	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Aquisição para serviço específico e urgente
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:
Contratação não é urgente		

Data prevista para entrega:	Maió/Junho/2022
------------------------------------	-----------------

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para prrenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar)	https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca
478514 - Refrigerador / 346623 - Frigobar / 446165 - Forno Microondas	

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Aquisição de refrigeradores, frigobares e microondas.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto:

Ou utilizar a tabela:

Grupo/ Item	Descrição	Qtidade	Unidade	Marca / Modelo de referência	Observações
-------------	-----------	---------	---------	------------------------------	-------------

Item 1	Refrigerador com as seguintes características: - Capacidade de 300 a 330 litros incluindo refrigerador e freezer; - 01 porta; - tensão: 110v, 220v ou bivolt (caso o produto ofertado não seja BIVOLT, a voltagem será definida na nota de empenho, dependendo da Unidade Trabalhista onde o eletrodoméstico será utilizado); - controle de temperatura; - forma de degelo: degelo autolimpante - "frost free"; - prateleiras internas; - porta com compartimentos para armazenamento; - iluminação interna; - pés reguláveis; - cor branca; - Classificação Energética: A - Estar de acordo com a Portaria nº 332/2021, Inmetro. - manual do usuário em português.	20	unidades	Eletrolux / RFE39 - Consul CRB36AB ou similar	Não haverá solicitação de amostra, mas a análise do que está sendo ofertado será feita por material técnico ilustrativo.
Item 2	Frigobar com as seguintes características: - capacidade total de 76 a 80 litros - 1 porta - tensão: 110v, 220v ou bivolt (caso o produto ofertado não seja BIVOLT, a voltagem será definida na nota de empenho, dependendo da Unidade Trabalhista onde o eletrodoméstico será utilizado) - mínimo 1 prateleira interna removível - tampo reto (aproveitável) - Selo Procel - Eficiência Energética: A - pés niveladores reguláveis - cor: Branca - Estar de acordo com a Portaria nº 332/2021, Inmetro. - manual do usuário em português	30	unidades	Electrolux/RE80 Consul/CRC08 Philco/PFG95B ou similar	Não haverá solicitação de amostra, mas a análise do que está sendo ofertado será feita por material técnico ilustrativo.
Item 3	Forno Micro-ondas com as seguintes características gerais: - volume total mínimo: 27 a 31 litros; - potência nominal mínima: 800w; - tensão: 110v, 220v ou bivolt (caso o produto ofertado não seja BIVOLT, a voltagem será definida na nota de empenho, dependendo da Unidade Trabalhista onde o eletrodoméstico será utilizado); - relógio; - trava de segurança; - cor branca ou inox; - Classificação Energética: A - Estar de acordo com a Portaria nº 268/2021, Inmetro. - manual do usuário em português	30	unidades	Midea 31 L Branco MTCS41 / MXSA27 LG – 30 L Branco MS3091 ou similar	Não haverá solicitação de amostra, mas a análise do que está sendo ofertado será feita por material técnico ilustrativo.

1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)

2. ANÁLISE de VIABILIDADE

2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:

Não há outras soluções / objetos existentes no mercado.

Justificativa (caso haja apenas uma solução no mercado)

Por não haver no mercado outras soluções / objetos, opta-se por adquirir os materiais tais quais descrição acima.

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:

Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição			
Vantagens			
Desvantagens			
Atende (Sim/Não)			

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida Não há outras soluções / objetos existentes no mercado.

Justificativa	A aquisição de refrigeradores, frigobares e de forno micro-ondas destina-se à substituição de equipamentos antigos que são atualmente utilizados e responsáveis por grande consumo de energia. Refrigeradores: fornecidos entre 1986/2000: 29 unidades - fornecidos entre 2001/2010: 16 unidades. * Frigobares: fornecidos entre 1995/1999: 05 unidades - fornecidos entre 2005/2011: 55 unidades. * Microondas: Fornecidos entre 2004/2008: 06 unidades - fornecidos em 2018: 17 unidades
Valor estimado	Refrigerador: 20 x R\$ 2.357,53 = R\$ 47.150,60 * Frigobar: 30 x R\$ 1.227,09 = R\$ 36.812,70 * Microondas: 30 x R\$ 566,18 = R\$ 16.983,90 * Total: R\$ 100.947,20
Outros	

2.2.1 Alinhamento Estratégico	http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026	Selecione abaixo:
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade		

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)		
<input type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas	
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações	
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários	
<input type="checkbox"/>	Condecoração de autoridades em eventos promovidos por este Tribunal	
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício:	Visto tratar-se de equipamentos antigos, alguns com mais de 25 anos, suas substituições se fazem necessárias, uma vez que são responsáveis por grande consumo de energia.

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado
Aquisições dos equipamentos considerando-se a economicidade (energia elétrica) e eficiências (aparelhos novos).

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço		
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout	
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica	
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica	
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória	
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:	

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço
Não

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO		
3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:		
<input type="checkbox"/>	Entrega imediata e integral ACIMA de 30 dias	
<input type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.	
Caso nenhum dos itens seja selecionado, CONTRATO DISPENSÁVEL e NÃO é necessário preenchimento deste item 3		
Nos termo do artigo 62, § 4º da Lei 8.666/1993 é DISPENSÁVEL o termo de contrato independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras.		
3.1.1 Caso nenhum dos itens seja selecionado, NÃO há a exigência de contrato. Porém, caso, mesmo assim, o Demandante queira a confecção de contrato, justificar abaixo:		

3.2. Ações de transição contratual e de encerramento contratual	Não se aplica
É necessário sobreposição contratual?	Não se aplica
3.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos da execução e a manutenção da contratação	Não se aplica
3.2.2. Devolução de recursos materiais	Não se aplica
3.2.3. Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.	Não se aplica

4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO	
4.1 Natureza do objeto	Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)			
<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?	
Sim	
Justificativa:	Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas
--

Pregão eletrônico
4.4.1 Forma de julgamento: Menor preço
4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens) Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço
4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações). Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021. Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso. Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.
--

4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
Fiscal Técnico do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Administrativo	Não se aplica

5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS
Refrigerador: 20 x R\$ 2.357,53 = R\$ 47.150,60 * Frigorbar: 30 x R\$ 1.227,09 = R\$ 36.812,70 * Microondas: 30 x R\$ 566,18 = R\$ 16.983,90 * Total: R\$ 100.947,20

6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)? Não
6.1 Fundamentação para a opção por SRP: Não se aplica
6.2 Histórico de consumo: Não se aplica
6.3 Estimativa de consumo: Não se aplica
6.4 Quantidade para Consumo Imediato: Não se aplica
6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição: Não se aplica
6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido: Não se aplica
6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ? Não se aplica
6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique Não se aplica

7. SUSTENTABILIDADE			
Há critérios de sustentabilidade a serem observado?			
Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério	Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)

Itens 1, 2 e 3	Refrigerador, Frigobar e Forno Micro ondas		GUIA CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS JT - 3ª EDIÇÃO - 2021 1.2.4 - Aparelhos Elétricos em Geral Normas específicas ❖ Decreto nº 2.783/1998 – Proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO. ❖ Resolução Conama nº 20/1994 – Selo Ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento. ❖ Resolução Conama nº 267/2000 – Proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio. ❖ Portaria Inmetro nº 430/2012 – Revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade da Potência Sonora de Produtos Eletrodomésticos. ❖ Portarias Inmetro – Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e da etiquetagem compulsória. ❖ Instrução Normativa SLTI/IMPOG nº 02/2014 – Regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) nos projetos e edificações públicas federais. Recomendações Produtos Nos termos do Decreto nº 2.783/1998, e Resolução Conama nº 267/2000, é vedada a aquisição de produtos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal, quais sejam: Clorofluorcarbonos (CFCs); Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs); Halons; Brometo de metila (permitida para fins agrícolas); Tetracloroeto de carbono (CTC); Metilclorofórmio; Hidrobromofluorcarbonos (HBFCs); e Hidrofluorcarbonos (HFCs). O atendimento a este requisito deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro ou declaração do fabricante Já a eficiência energética é citada como um dos critérios de sustentabilidade a serem observados nas aquisições e contratações de bens e serviços, tanto na Resolução CNJ nº 400/2021 quanto no Decreto nº 7.746/2012. Ainda, a IN SLTI nº 2/2014 estabelece que, nas aquisições ou locações de máquinas e aparelhos consumidores de energia que estejam regulamentados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), deverá ser exigido que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) vigente no período da aquisição (www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp). Quando não houver um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados com Ence classe 'A', devem ser admitidos produtos nas duas classes mais eficientes que possuam um mínimo de três fornecedores. Observar que a exigência da Ence só pode ocorrer caso o produto a ser adquirido tenha Avaliação da Conformidade compulsória, conforme as portarias baixadas pelo Inmetro: ● Produtos e serviços com Avaliação da Conformidade compulsória 58 ● Produtos e serviços com Avaliação da Conformidade voluntária 59 Ressalta-se que, segundo a Portaria Inmetro nº 164/2012, os objetos sujeitos à avaliação da conformidade, no âmbito do PBE, devem ostentar a Ence de forma claramente visível ao consumidor. Para a aquisição de aparelhos eletrodomésticos que gerem ruído, como liquidificadores, aspiradores de pó e similares, devem ser adquiridos produtos que apresentem nível de potência sonora menor ou igual a 88 dB(A) 60, a ser comprovado pelo selo ruído apostado ao produto e/ou à sua embalagem. A Resolução Conama nº 20/1994 institui o Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (dB(a)), de uso obrigatório a partir desta resolução para aparelhos eletrodomésticos que gerem ruído no seu funcionamento. Só deve ser admitida a oferta de aparelhos eletrodomésticos que possuam Selo Ruído, indicativo do respectivo nível de potência sonora. A Portaria Inmetro nº 430/2012 estabelece a obrigatoriedade do uso do Selo Ruído aos secadores de cabelo, liquidificadores, aspiradores de pó e de uso similares.
Há especificação de ROHs?		Sim	Para as nossas contratações, haja vista o fracasso histórico de licitações, desde já que conste para essa exigência a seguinte redação: O objeto não deve conter substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva Rohs (Restriction of Certain Hazardous Substances). O atendimento a este requisito, a critério do órgão, pode ser solicitado a qualquer momento da contratação e deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente (que inclui laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro) ou declaração do fabricante. As despesas correm por conta da contratada.
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição			

8. ARQUIVOS
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?
Não
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:
Não se aplica

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Não se aplica	
Se sim. Justificar:	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Não se aplica	

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:	Conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário, a exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens pactuados. Ainda segundo TCU pode-se exigir atestado de capacidade técnica de até 50% do quantitativo do objeto. Para todos os itens, o licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica por meio do qual fique comprovado a capacidade de cumprir entrega de pelo menos 30% do total de quantidades a serem adquiridas.
<input type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovem a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Sim	
<p>Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):</p>	<p>* Decreto nº 2.783/1998 – Proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO. * Resolução Conama nº 20/1994 – Selo Ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento. * Resolução Conama nº 267/2000 – Proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio. * Portaria Inmetro nº 430/2012 – Revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade da Potência Sonora de Produtos Eletrodomésticos. * Portarias Inmetro – Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e da etiquetagem compulsória. * Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, CSJT, 3ª Edição * Certificação compulsória do Inmetro, conforme consta: - Fornos de micro-ondas Portaria nº 268/2021 e - Refrigerador e congelador Portaria nº 332/2021 ***Observação: Os produtos a serem adquiridos devem estar em conformidade com os normativos apontados, não havendo previsão de que a empresa tenha que apresentar documentos de comprovação de tais normativos.</p>

12. AMOSTRA	
Considerações Gerais: 1. Analisar a razoabilidade do pedido de amostra, se não pode ser substituído por folders, material técnico-ilustrativo, etc, considerando que TODO pedido de amostra encarece o objeto. 2. Da mesma forma, caso seja imprescindível a solicitação de amostra, requisitar apenas quantitativo mínimo suficiente para análise. 3. Considerar que objetos de alto valor, de grandes dimensões ou peso, dificilmente são disponibilizadas amostras para envio. 4. Fazer constar se a amostra enviada poderá ser destruída para sua devida análise e, caso seja imprescindível, justificar.	
12.1 Haverá solicitação de amostra ANTES ou DEPOIS da homologação do certame, para empresa arrematante?	
Não	
Se sim, discriminar trâmite (quantidade, prazo, critério análise, etc) para apresentação: <div style="text-align: right;">Não se aplica</div>	
12.2 No caso de exigência de amostra, sugira qual prazo viável para licitante confeccionar/encaminhar amostra:	
Não se aplica	
12.3 No caso de solicitação de amostra, é necessário definir OBJETIVAMENTE os critérios de análise para aceitação, além das especificações (exemplo pasta para congresso: analisar zíper sem travamentos, material sem rebarba, costuras retílineas)	
Não se aplica	
12.4 Caso o objeto tenha grandes proporções, poderá ser encaminhada um exemplar menor do objeto? (por exemplo no caso de placa de divisória com 2m pode ser encaminhada amostra de 30cm x 30cm)	
Não se aplica	
Se sim, qual o tamanho mínimo?	
12.5 Caso a amostra seja aprovada, a unidade poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido?	
Não se aplica	
12.6 É prevista marca de referência?	
Sim	
Se sim, a amostra será dispensada caso seja proposta a marca de referência? <div style="text-align: right;">Sim</div>	
12.7 documentação específica, será exigida documentação específica como material técnico ilustrativo, manual, laudo, certificação como ABNT, etc (indicar qual documento)?	
Conforme item 1.2	

13. PRAZOS			
13.1 Prazo de entrega		30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho	
13.2. Garantia		Para todos os itens a garantia será de 12 meses e o prazo será contado a partir do recebimento definitivo por este E. Tribunal.	
Ou utilizar a tabela			
Grupo / Item	Descrição sucinta do item	Prazo de garantia	Especificações da garantia

16.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

16.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

16.6 Forma de recebimento provisório e definitivo
<p>1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.</p> <p>2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo Coordenador de Material e Logística do TRT.</p>

16.7 Forma de pagamento
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

16.8 Sanções
<p>1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contadas a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:</p> <p>- do primeiro até o sétimo dia de atraso, multa única de 2% (dois por cento);</p> <p>- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) – até o limite de 10% (dez por cento).</p> <p>1.1. Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.</p> <p>1.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.</p> <p>1.3. Caso a CONTRATADA deixe de prestar a assistência técnica ou substituição, ficará sujeita à penalidade de multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do respectivo bem, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato, por sua culpa - até o limite de 10% (dez por cento).</p>

16.9 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)					
Item	Descrição	Modelo/Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

17. ANÁLISE de RISCOS			
Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva			Responsável
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.			Gestor
Ação de Contingência			Responsável
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.			Gestor e Coord. Licitações e Contratos.
Risco 2	Falta de orçamento para concluir a contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva			Responsável
Previsão no Plano de Contratações			Gestor
Ação de Contingência			Responsável
Verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.			Gestor
Risco 3	Licitação fracassada ou deserta		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inviabilizar a contratação		
Ação Preventiva			Responsável
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.			Gestor
Ação de Contingência			Responsável
Reedição de nova licitação			Gestor
Risco 4	Atraso na licitação		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva			Responsável
Início do DOD com antecedência			Equipe de planejamento da contratação
Ação de Contingência			Responsável

Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos	Gestor
---	--------

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Contratação é viável?

<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

Data:	18/03/2022			
Integrante Demandante:	Luiz Alexandre Lins Bianchini			
Integrante Técnico:	Ubirajara Mutti Ferreira			
Integrante Administrativo:	Titular:	Christiano Carneiro Ferreira	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO – Parte 1

1. Objeto da Contratação

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Aquisição de refrigeradores, frigobares e microondas.

2. Fundamentação da contratação

2.1 Motivação

Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida	Não há outras soluções / objetos existentes no mercado.
Justificativa	A aquisição de refrigeradores, frigobares e de forno micro-ondas destina-se à substituição de equipamentos antigos que são atualmente utilizados e responsáveis por grande consumo de energia. Refrigeradores: fornecidos entre 1986/2000: 29 unidades - fornecidos entre 2001/2010: 16 unidades. * Frigobares: fornecidos entre 1995/1999: 05 unidades - fornecidos entre 2005/2011: 55 unidades. * Microondas: Fornecidos entre 2004/2008: 06 unidades - fornecidos em 2018: 17 unidades
Valor estimado	Refrigerador: 20 x R\$ 2.357,53 = R\$ 47.150,60 * Frigobar: 30 x R\$ 1.227,09 = R\$ 36.812,70 * Microondas: 30 x R\$ 566,18 = R\$ 16.983,90 * Total: R\$ 100.947,20
Outros	

2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados, objetivos)

<input type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Condecoração de autoridades em eventos promovidos por este Tribunal
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício: Visto tratar-se de equipamentos antigos, alguns com mais de 25 anos, suas substituições se fazem necessárias, uma vez que são responsáveis por grande consumo de energia.

2.3 Alinhamento Estratégico	.(http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020)
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	

2.4 Referência aos Estudos Preliminares

5902/2022

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

Aquisições dos equipamentos considerando-se a economicidade (energia elétrica) e eficiências (aparelhos novos).

2.6 Natureza do objeto

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade	
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:

2.8 Impacto ambiental

Não

3. Gestão do Contrato

3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO

Catálogo (CATMAT/CATSER)

478514 - Refrigerador / 346623 - Frigobar / 446165 - Forno Microondas

1. Objeto da Contratação

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Aquisição de refrigeradores, frigobares e microondas.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto:

Ou utilizar a tabela:

Grupo/ Item	Descrição	Qtidade	Unidade	Marca / Modelo de referência	Observações
Item 1	Refrigerador com as seguintes características: - Capacidade de 300 a 330 litros incluindo refrigerador e freezer; - 01 porta; - tensão: 110v, 220v ou bivolt (caso o produto ofertado não seja BIVOLT, a voltagem será definida na nota de empenho, dependendo da Unidade Trabalhista onde o eletrodoméstico será utilizado); - controle de temperatura; - forma de degelo: degelo autolimpante - "frost free"; - prateleiras internas; - porta com compartimentos para armazenamento; - iluminação interna; - pés reguláveis; - cor branca; - Classificação Energética: A - Estar de acordo com a Portaria nº 332/2021, Inmetro. - manual do usuário em português.	20	unidades	Eletrolux / RFE39 - Consul CRB36AB ou similar	Não haverá solicitação de amostra, mas a análise do que está sendo ofertado será feita por material técnico ilustrativo.
Item 2	Frigobar com as seguintes características: - capacidade total de 76 a 80 litros - 1 porta - tensão: 110v, 220v ou bivolt (caso o produto ofertado não seja BIVOLT, a voltagem será definida na nota de empenho, dependendo da Unidade Trabalhista onde o eletrodoméstico será utilizado) - mínimo 1 prateleira interna removível - tampo reto (aproveitável) - Selo Procel - Eficiência Energética: A - pés niveladores reguláveis - cor: Branca - Estar de acordo com a Portaria nº 332/2021, Inmetro. manual do usuário em português	30	unidades	Electrolux/RE80 Consul/CRC08 Philco/PFG95B ou similar	Não haverá solicitação de amostra, mas a análise do que está sendo ofertado será feita por material técnico ilustrativo.
Item 3	Forno Micro-ondas com as seguintes características gerais: - volume total mínimo: 27 a 31 litros; - potência nominal mínima: 800w; - tensão: 110v, 220v ou bivolt (caso o produto ofertado não seja BIVOLT, a voltagem será definida na nota de empenho, dependendo da Unidade Trabalhista onde o eletrodoméstico será utilizado); - relógio; - trava de segurança; - cor branca ou inox; - Classificação Energética: A - Estar de acordo com a Portaria nº 268/2021, Inmetro. - manual do usuário em português	30	unidades	Midea 31 L Branco MTCS41 / MXSA27 LG – 30 L Branco MS3091 ou similar	Não haverá solicitação de amostra, mas a análise do que está sendo ofertado será feita por material técnico ilustrativo.

1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)

2. Forma e critério de seleção
2.1.1 Forma de julgamento:
Menor preço
2.1.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)
Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço
2.1.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso. Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.
2.2 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?
Não
2.2.1 Fundamentação para a opção por SRP:
Não se aplica
2.2.2 Histórico de consumo:
Não se aplica
2.2.3 Estimativa de consumo:
Não se aplica
2.2.4 Quantidade para Consumo Imediato:
Não se aplica
2.2.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:
Não se aplica
2.2.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:
Não se aplica
2.2.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?
Não se aplica
2.2.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique
Não se aplica

3. Requisitos Técnico-Legais da Contratação				
3.1. SUSTENTABILIDADE:				
Há critérios de sustentabilidade a serem observado?				
Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:				
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:				
<table><tr><td>Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)</td><td>Objeto/Item</td><td>Critério (somente é possível selecionar um item por linha)</td><td>Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)</td></tr></table>	Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)	

Sim	
	<p>* Decreto nº 2.783/1998 – Proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO.</p> <p>* Resolução Conama nº 20/1994 – Selo Ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento.</p> <p>* Resolução Conama nº 267/2000 – Proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio.</p> <p>* Portaria Inmetro nº 430/2012 – Revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade da Potência Sonora de Produtos Eletrodomésticos.</p> <p>* Portarias Inmetro – Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e da etiquetagem compulsória.</p> <p>* Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, CSJT, 3ª Edição</p> <p>* Certificação compulsória do Inmetro, conforme consta:</p> <p>- Fornos de micro-ondas Portaria nº 268/2021 e - Refrigerador e congelador Portaria nº 332/2021</p> <p>***Observação: Os produtos a serem adquiridos devem estar em conformidade com os normativos apontados, não havendo previsão de que a empresa tenha que apresentar documentos de comprovação de tais normativos.</p>
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):	

4. Vistoria	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Não se aplica	
Se sim. Justificar:	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Não se aplica	

5. Amostra	
Considerações Gerais: 1. Analisar a razoabilidade do pedido de amostra, se não pode ser substituído por folders, material técnico-ilustrativo, etc, considerando que TODO pedido de amostra encarece o objeto. 2. Da mesma forma, caso seja imprescindível a solicitação de amostra, requisitar apenas quantitativo mínimo suficiente para análise. 3. Considerar que objetos de alto valor, de grandes dimensões ou peso, dificilmente são disponibilizadas amostras para envio. 4. Fazer constar se a amostra enviada poderá ser destruída para sua devida análise e, caso seja imprescindível, justificar.	
5.1 Haverá solicitação de amostra ANTES ou DEPOIS da homologação do certame, para empresa arrematante?	
Não	
Se sim, discriminar trâmite (quantidade, prazo, critério análise, etc) para apresentação:	Não se aplica
5.2 No caso de exigência de amostra, sugira qual prazo viável para licitante confeccionar/encaminhar amostra:	
Não se aplica	
5.3 No caso de solicitação de amostra, é necessário definir OBJETIVAMENTE os critérios de análise para aceitação, além das especificações (exemplo pasta para congresso: analisar zíper sem travamentos, material sem rebarba, costuras retilíneas)	
Não se aplica	
5.4 Caso o objeto tenha grandes proporções, poderá ser encaminhada um exemplar menor do objeto? (por exemplo no caso de placa de divisória com 2m pode ser encaminhada amostra de 30cm x 30cm)	
Não se aplica	
Se sim, qual o tamanho mínimo?	
5.5 Caso a amostra seja aprovada, a unidade poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido?	
Não se aplica	
5.6 É prevista marca de referência?	
Sim	
Se sim, a amostra será dispensada caso seja proposta a marca de referência?	Sim
5.7 documentação específica, será exigida documentação específica como material técnico ilustrativo, manual, laudo, certificação como ABNT, etc (indicar qual documento)?	
Conforme item 1.2	

6. Prazo			
6.1 Prazo de entrega		30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho	
6.2. Garantia		Para todos os itens a garantia será de 12 meses e o prazo será contado a partir do recebimento definitivo por este E. Tribunal.	
Ou utilizar a tabela			
Grupo / Item	Descrição sucinta do item	Prazo de garantia	Especificações da garantia

6.3 Prazo de Validade		Validade indeterminada.	
6.4 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)			
Não se aplica			

7. Local e Horário da entrega dos bens			
Endereço:	Almoxarifado do TRT, localizado na Rua Ângela Signori Grigol, 5, Jardim América, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, mediante agendamento prévio pelo telefone (19) 3289-2778.		
Dias da semana:	De 2ª a 6ª feira		
	Outro:		
Horário:	das 11 às 17 horas		
No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:	Obrigatório o agendamento prévio: Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 11 às 17 horas. contatar os Srs. Odair/Juarez/Gervásio, pelo telefone (19) 3289-2778, e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br		

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA			
As obrigações a serem explicitadas devem ser em <u>relação ao objeto da contratação</u> , como, por exemplo: - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de entrega do objeto - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, este TRT poderá retirar "X" amostras do objeto contratado para envio a laboratório acreditado para verificação quanto ao atendimento às especificações, como ABNT, qualidade pó de café, etc sendo que as despesas deverão ser arcadas pelo fornecedor.			
Especificações:			
8.1. Obrigações da Contratante (TRT)			
1. O TRT se compromete a dar plena e fiel execução ao objeto desta licitação, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos. 2. O TRT, se compromete, ainda, a permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.			

8.2. Obrigações da Contratada			
OBRIGAÇÕES: 1. O FORNECEDOR se compromete a dar plena e fiel execução à presente aquisição, e se obriga a: 1.1. Arcar com toda despesa de envio ou entrega de produtos. 1.2. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério. 1.3. Agendar, com mínimo de 48 horas, a data de entrega dos objetos. Obrigatório o agendamento prévio: Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 11 às 17 horas. contatar os Srs. Odair/Juarez/Gervásio, pelo telefone (19) 3289-2778, e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br .			
RESPONSABILIDADES 1. O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos. 2. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado. 2.1. O FORNECEDOR deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação emitida pelo TRT, que poderá ser feita por mensagem eletrônica; 2.2. Se não ocorrer a prestação da garantia, ou não for sanado o vício do mobiliário para o qual fora solicitado conserto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação por e-mail ou "Aviso de Recebimento – AR", a contratada fica obrigada a substituí-lo por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso, ou a restituir o valor por ele pago, monetariamente atualizado. 3. Tendo em vista reiteradas publicações de Decretos Estaduais acerca dos cuidados contra a pandemia da Covid, sendo que as recentes vem revogando as anteriores, sugerimos que seja observado todo o disposto nos Decretos vigentes, bem como nos normativos internos deste TRT, durante toda a execução contratual. .			
PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução n° 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.			

9. Modelo de Execução e de gestão do Contrato			
9.1 Definição de etapas de entrega, com cronograma			
9.2 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento			
9.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia			

9.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	

<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

9.5 Forma de recebimento provisório e definitivo

1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.
2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo Coordenador de Material e Logística do TRT.

9.6 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

9.7 Sanções

1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contadas a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:
- do primeiro até o sétimo dia de atraso, multa única de 2% (dois por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) – até o limite de 10% (dez por cento).
1.1. Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.
1.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.
1.3. Caso a CONTRATADA deixe de prestar a assistência técnica ou substituição, ficará sujeita à penalidade de multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do respectivo bem, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato, por sua culpa - até o limite de 10% (dez por cento).

10. Forma de Apresentação de Proposta

Item	Descrição	Modelo/Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS

Data:	18/03/2022
Número do PROAD aberto	5902/2022
Área Demandante:	Coordenadoria de Material e Logística
Área Requisitante:	Seção de Suprimentos

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Aquisição para serviço específico e urgente
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:
Contratação não é urgente		

Catálogo (CATMAT/CATSER)

478514 - Refrigerador / 346623 - Frigorbar / 446165 - Forno Microondas

1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Não

1.1 Fundamentação para a opção por SRP:

Não se aplica

1.2 Histórico de consumo:

Não se aplica

1.3 Estimativa de consumo:

Não se aplica

1.4 Quantidade para Consumo Imediato:

Não se aplica

1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:

Não se aplica

1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Não se aplica

1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?

Não se aplica

1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique

Não se aplica

2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Sim	<p>* Decreto nº 2.783/1998 – Proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO.</p> <p>* Resolução Conama nº 20/1994 – Selo Ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento.</p> <p>* Resolução Conama nº 267/2000 – Proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio.</p> <p>* Portaria Inmetro nº 430/2012 – Revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade da Potência Sonora de Produtos Eletrodomésticos.</p> <p>* Portarias Inmetro – Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e da etiquetagem compulsória.</p> <p>* Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, CSJT, 3ª Edição</p> <p>* Certificação compulsória do Inmetro, conforme consta:</p> <p>- Fornos de micro-ondas Portaria nº 268/2021 e - Refrigerador e congelador Portaria nº 332/2021</p> <p>***Observação: Os produtos a serem adquiridos devem estar em conformidade com os normativos apontados, não havendo previsão de que a empresa tenha que apresentar documentos de comprovação de tais normativos.</p>
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):	

3. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

OBS: caso a descrição for muito longa ou com tabelas, deve ser feita por meio de ANEXO que deverá ser mencionado no item 1.2 (Conforme Anexo X)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Aquisição de refrigeradores, frigobares e microondas.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto:

Ou utilizar a tabela:

Grupo/ Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca / Modelo de referência	Observações
Item 1	Refrigerador com as seguintes características: - Capacidade de 300 a 330 litros incluindo refrigerador e freezer; - 01 porta; - tensão: 110v, 220v ou bivolt (caso o produto ofertado não seja BIVOLT, a voltagem será definida na nota de empenho, dependendo da Unidade Trabalhista onde o eletrodoméstico será utilizado); - controle de temperatura; - forma de degelo: degelo autolimpante - "frost free"; - prateleiras internas; - porta com compartimentos para armazenamento; - iluminação interna; - pés reguláveis; - cor branca; - manual do usuário em português.	20	unidades	Electrolux / RFE39 - Consul CRB36AB ou sim	Não haverá solicitação de amostra, mas a análise do que está sendo ofertado será feita por material técnico ilustrativo.
Item 2	Frigobar com as seguintes características: (caso o produto ofertado não seja BIVOLT, a voltagem será definida na nota de empenho, dependendo da Unidade Trabalhista onde o eletrodoméstico será utilizado)	30	unidades	Electrolux/RE80	Não haverá solicitação de amostra, mas a análise do que está sendo ofertado será feita por material técnico ilustrativo.
Item 3	Forno Micro-ondas com as seguintes características gerais: - volume total mínimo: 27 a 31 litros; - potência nominal mínima: 800w; - tensão: 110v, 220v ou bivolt (caso o produto ofertado não seja BIVOLT, a voltagem será definida na nota de empenho, dependendo da Unidade Trabalhista onde o eletrodoméstico será utilizado); - relógio; - trava de segurança; - cor branca ou inox; - manual do usuário em português	30	unidades	Midea 31 L Branco MTC LG – 30 L Branco MS30	Não haverá solicitação de amostra, mas a análise do que está sendo ofertado será feita por material técnico ilustrativo.

1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)

4. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS	
Endereço:	Almoxarifado do TRT, localizado na Rua Ângela Signori Grigol, 5, Jardim América, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, mediante agendamento prévio pelo telefone (19) 3289-2778.
Dias da semana:	De 2ª a 6ª feira
Horário:	Outro: das 11 às 17 horas
No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:	Obrigatório o agendamento prévio: Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 11 às 17 horas. contatar os Srs. Odair/Juarez/Gervásio, pelo telefone (19) 3289-2778, e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br

5. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO	
5.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

5.2 Definição de etapas de entrega, com cronograma

5.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento

5.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	
<p>OBRIGAÇÕES:</p> <p>1. O FORNECEDOR se compromete a dar plena e fiel execução à presente aquisição, e se obriga a:</p> <p>1.1. Arcar com toda despesa de envio ou entrega de produtos.</p> <p>1.2. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.</p> <p>1.3. Agendar, com mínimo de 48 horas, a data de entrega dos objetos. Obrigatório o agendamento prévio: Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 11 às 17 horas. contatar os Srs. Odair/Juarez/Gervásio, pelo telefone (19) 3289-2778, e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br</p> <p>.</p> <p>RESPONSABILIDADES</p> <p>1. O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos.</p> <p>2. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.</p> <p>2.1. O FORNECEDOR deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contadas do recebimento da notificação emitida pelo TRT, que poderá ser feita por mensagem eletrônica;</p> <p>2.2. Se não ocorrer a prestação da garantia, ou não for sanado o vício do mobiliário para o qual fora solicitado conserto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação por e-mail ou "Aviso de Recebimento – AR", a contratada fica obrigada a substituí-lo por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso, ou a restituir o valor por ele pago, monetariamente atualizado.</p> <p>3. Tendo em vista reiteradas publicações de Decretos Estaduais acerca dos cuidados contra a pandemia da Covid, sendo que as recentes vem revogando as anteriores, sugerimos que seja observado todo o disposto nos Decretos vigentes, bem como nos normativos internos deste TRT, durante toda a execução contratual.</p> <p>.</p> <p>PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO</p> <p>O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução n° 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.</p> <p>ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.</p>	

7. SUSTENTABILIDADE	
Há critérios de sustentabilidade a serem observado?	
Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:	
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:	

Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Itens 1, 2 e 3	Refrigerador, Frigobar e Forno Micro ondas		<p>GUIA CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS JT - 3ª EDIÇÃO - 2021 1.2.4 - Aparelhos Elétricos em Geral Normas específicas ❖ Decreto nº 2.783/1998 – Proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO. ❖ Resolução Conama nº 20/1994 – Selo Ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento. ❖ Resolução Conama nº 267/2000 – Proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio. ❖ Portaria Inmetro nº 430/2012 – Revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade da Potência Sonora de Produtos Eletrodomésticos. ❖ Portarias Inmetro – Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e da etiquetagem compulsória. ❖ Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014 – Regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) nos projetos e edificações públicas federais.</p> <p>Recomendações Produtos Nos termos do Decreto nº 2.783/1998, e Resolução Conama nº 267/2000, é vedada a aquisição de produtos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO) abrangidas pelo Protocolo de Montreal, quais sejam: Clorofluorcarbonos (CFCs); Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs); Halons; Brometo de metila (permitida para fins agrícolas); Tetracloroeto de carbono (CTC); Metilcloroformo; Hidrobromofluorocarbonos (HBFCs); e Hidrofluorocarbonos (HFCs). O atendimento a este requisito deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro ou declaração do fabricante</p> <p>Já a eficiência energética é citada como um dos critérios de sustentabilidade a serem observados nas aquisições e contratações de bens e serviços, tanto na Resolução CNJ nº 400/2021 quanto no Decreto nº 7.746/2012.</p> <p>Ainda, a IN SLTI nº 2/2014 estabelece que, nas aquisições ou locações de máquinas e aparelhos consumidores de energia que estejam regulamentados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), deverá ser exigido que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) vigente no período da aquisição (www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp). Quando não houver um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados com Ence classe 'A', devem ser admitidos produtos nas duas classes mais eficientes que possuam um mínimo de três fornecedores.</p> <p>Observar que a exigência da Ence só pode ocorrer caso o produto a ser adquirido tenha Avaliação da Conformidade compulsória, conforme as portarias baixadas pelo Inmetro:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Produtos e serviços com Avaliação da Conformidade compulsória 58 ● Produtos e serviços com Avaliação da Conformidade voluntária 59 <p>Ressalta-se que, segundo a Portaria Inmetro nº 164/2012, os objetos sujeitos à avaliação da conformidade, no âmbito do PBE, devem ostentar a Ence de forma claramente visível ao consumidor. Para a aquisição de aparelhos eletrodomésticos que gerem ruído, como liquidificadores, aspiradores de pó e similares, devem ser adquiridos produtos que apresentem nível de potência sonora menor ou igual a 88 dB(A) 60, a ser comprovado pelo selo ruído aposto ao produto e/ou à sua embalagem.</p> <p>A Resolução Conama nº 20/1994 institui o Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (db(a)), de uso obrigatório a partir desta resolução para aparelhos eletrodomésticos que gerem ruído no seu funcionamento. Só deve ser admitida a oferta de aparelhos eletrodomésticos que possuam Selo Ruído, indicativo do respectivo nível de potência sonora.</p> <p>A Portaria Inmetro nº 430/2012 estabelece a obrigatoriedade do uso do Selo Ruído aos secadores de cabelo, liquidificadores, aspiradores de pó e de uso similares.</p>
Há especificação de ROHs?		Sim	<p>Para as nossas contratações, haja vista o fracasso histórico de licitações, desde já que conste para essa exigência a seguinte redação: O objeto não deve conter substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenilpolibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva Rohs (Restriction of Certain Hazardous Substances).</p> <p>O atendimento a este requisito, a critério do órgão, pode ser solicitado a qualquer momento da contratação e deve ser comprovado por meio de certificado reconhecido nacionalmente (que inclui laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo Inmetro) ou declaração do fabricante. As despesas correm por conta da contratada.</p>
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			

Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

[Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição](#)

8.2. Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)					
Não se aplica					
8.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia					
9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)					
1. O TRT se compromete a dar plena e fiel execução ao objeto desta licitação, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos. 2. O TRT, se compromete, ainda, a permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.					
10.VALOR					
10.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)					
Item	Descrição	Modelo/Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11. EQUIPE DE GESTÃO					
Gestor do Contrato:		Não se aplica			
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):		Não se aplica			
Fiscal Técnico do Contrato:		Não se aplica			
Fiscal Administrativo		Não se aplica			
12. FATURAMENTO					
Gestor do Contrato:		Não se aplica			
13. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO					
1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93. 2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo Coordenador de Material e Logística do TRT.					
14. FORMA DE PAGAMENTO					
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.					
15. PRAZO DE VIGÊNCIA					
15.1 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.				Não se aplica	
15.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual				Não se aplica	
É necessário sobreposição contratual?				Não se aplica	
15.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação				Não se aplica	
15.2.2. Devolução de recursos materiais				Não se aplica	

16. SANÇÕES

1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contadas a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- do primeiro até o sétimo dia de atraso, multa única de 2% (dois por cento);

- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) – até o limite de 10% (dez por cento).

1.1. Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.

1.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.

1.3. Caso a CONTRATADA deixe de prestar a assistência técnica ou substituição, ficará sujeita à penalidade de multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do respectivo bem,

sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato, por sua culpa - até o limite de 10% (dez por cento).